



Senado confirma adesão do Brasil a acordo sobre o clima

Vai a promulgação tratado fechado em Paris que visa conter o aquecimento global, baixar o desmatamento e reduzir ações que intensificam as mudanças climáticas

Restauração florestal de área equivalente ao território da Inglaterra até 2030, fim do desmatamento ilegal até o mesmo ano e redução da emissão de gases de efeito estufa em 37% até 2025 são algumas metas brasileiras no tratado internacional que o Senado aprovou ontem.

O Acordo de Paris foi cele-

brado em dezembro de 2015 na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21) e assinado em abril deste ano, em Nova York.

O senador Jorge Viana, que presidiu a sessão de votação no Plenário, destacou o trabalho da representação brasileira nas conferências sobre o clima. **3**



Gerardo Magalhaes/Agência Senado

Jorge Viana, que presidiu a sessão ontem, é autor de projeto que transforma em lei os compromissos do Acordo de Paris



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fátima Bezerra (4ª à dir.) preside debate com representantes da CNBB, OAB, Conanda, Abrinq e dos defensores públicos

Redução da maioria penal é criticada

A redução da maioria penal fere cláusula pétrea da Constituição e tratados internacionais, na opinião da maioria dos participantes de audiência realizada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Especialistas argumentaram que a porcentagem de crimes graves cometidos por crianças e adolescentes

é muito baixa, que o sistema prisional no país é precário e não consegue bons resultados na ressocialização dos detentos. Quatro propostas de emenda à Constituição que permitem a punição de menores de 18 anos e maiores de 16 pela prática de crimes graves estão hoje em análise na CCJ. **4**

Previsão dos líderes é iniciar julgamento de Dilma no dia 25

A votação do julgamento de impeachment de Dilma Rousseff pode começar em 25 de agosto, com previsão de ser concluída em três ou quatro dias. A data foi discutida entre

o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes partidários. No entanto, o rito só será definido semana que vem, após reunião com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Sérgio Amaral fala em comissão, ao lado de Aloysio Nunes e Everton Vargas

Comissão aprova embaixadores para os EUA e a União Europeia

A indicação dos diplomatas Sérgio Amaral, para a embaixada nos Estados Unidos, e Everton Vieira Vargas, para a delegação brasileira na União Europeia, foi aprovada ontem

pela Comissão de Relações Exteriores e agora vai para o Plenário. Amaral disse que a força de Donald Trump, candidato a presidente, revela que há mal-estar entre os americanos. **2**

Prorrogadas, três medidas provisórias têm mais 60 dias **3**

Congresso conhece ações de proteção de mulheres **3**



Gerardo Magalhaes/Agência Senado

Presidente da Comissão de Agricultura, Ana Amélia celebrou anúncio de Padilha

Ministério do Desenvolvimento Agrário vai voltar, anuncia Padilha

Pasta extinta por Michel Temer será recriada em setembro, disse ontem o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em audiência na Comissão de Agricultura. No debate, que discutiu crédito e regularização fundiária, o ministro reconheceu a importância da agricultura familiar e defendeu a modernização do Incra. **4**



O senador Aloysio Nunes Ferreira (C) conduz a sabatina dos diplomatas Sérgio Amaral (E) e Everton Vieira Vargas

Trump e protecionismo da Europa dominam sabatinas

Indicado para embaixada nos EUA disse em sabatina que força do candidato presidencial é resultado de mal-estar no país. De acordo com escolhido para representação na União Europeia, bloco deveria se abrir a negócios com Mercosul

VÃO PARA O Plenário do Senado as indicações de Sérgio Amaral para embaixador do Brasil nos Estados Unidos e a de Everton Vieira Vargas para chefe da representação brasileira na União Europeia. Ontem os dois diplomatas foram sabatinados e aprovados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Na sabatina de Amaral, um dos temas mais questionados pelos senadores foi a eleição presidencial nos EUA e a possibilidade de o vitorioso ser o republicano Donald Trump. Para o diplomata, o crescimento de Trump é fruto de um “mal-estar que tomou conta de parte da opinião pública norte-americana”.

— As propostas de Trump se tornaram em parte a voz de quem vem perdendo com a globalização e com o aumento da desigualdade nos Estados Unidos. A classe média diminuiu e os vencimentos dos mais pobres estão congelados

desde a década de 70 — afirmou.

O “problema” do republicano, segundo o diplomata, é que parte de suas propostas são “inviáveis ou potencialmente conflituosas”, como construir um muro separando os EUA do México e diminuir os repasses para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Ele avaliou que a condução da embaixada brasileira em Washington, no caso de seu nome ser aprovado pelo Plenário, será “madura, apartidária, desideologizada e objetiva, nem a favor, nem contra os Estados Unidos”, alinhada com as diretrizes anunciadas pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra.

Negociações

Quanto a Vargas, o diplomata falou na sabatina sobre o possível acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Ele explicou que o bloco sul-americano espera

que os europeus melhorem substancialmente a proposta que fizeram no capítulo agrícola. Os europeus ainda não incluíram nas negociações produtos brasileiros como etanol, açúcar bruto e carne bovina.

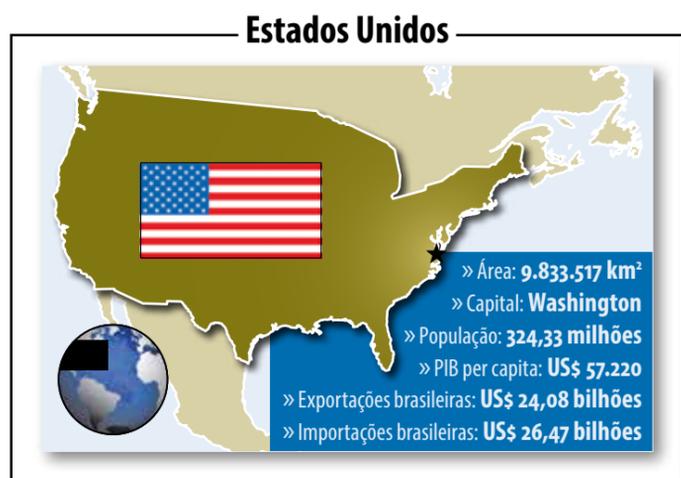
O diplomata também reiterou que interessa ao Brasil e ao Mercosul estimular a base industrial, em vez de “destruí-la” em nome de um acordo com os europeus.

Para a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), “todos são a favor de liberalizar as trocas comerciais, desde que não afetem as áreas em que atuam”. Vargas concordou e disse que o setor empresarial brasileiro também precisa adotar uma postura mais aberta em relação a essas negociações. Ele lembrou que haverá um prazo de transição entre a assinatura do possível acordo e a sua efetivação, que poderá chegar a 15 anos.

Na sabatina, foi lembrado que um dos empecilhos ao acordo Mercosul-União Europeia surgiu com a saída do Reino Unido do bloco europeu, uma vez que os britânicos lhe eram favoráveis, com uma postura antiprotecionista.

O diplomata ressaltou que o bloco europeu, se tomado em conjunto, é o maior investidor no mercado brasileiro.

— Eles só investem mais nos Estados Unidos e na Suíça [que não faz parte do bloco]. Existem mais recursos deles aqui do que no Canadá ou na Rússia — frisou.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Julgamento do impeachment começa dia 25, segundo líderes

Apesar de não estar confirmado, o início da votação do julgamento de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff pode ser 25 de agosto, com previsão de ser concluída em três ou quatro dias. A data foi discutida entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários. Renan disse que há “um desejo” de concluir o processo de votação até o final deste mês.

Porém, o rito só será defi-

nido semana que vem, após reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, responsável pela condução do julgamento. Em entrevistas, ele já sinalizou que não pretende estender os trabalhos aos finais de semana. O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), explicou que contando apenas os dias úteis, a data provável é 25 e que não será uma votação apressada.

Reguffe considera absurdo reajuste para ministros do Supremo

Reguffe (sem partido-DF) disse que vai votar contra a proposta de reajuste para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, a iniciativa, prevista no PLC 27/2016, é absurda e irresponsável.

Reguffe destacou que o reajuste vai gerar a consequente elevação do teto salarial do setor público, além de um efeito cascata.

— O aumento do teto constitucional neste momento é uma irresponsabilidade fiscal e não atende o interesse do contribuinte.

O projeto já foi aprovado em uma comissão e passará por outra, antes de ir a Plenário.

Para Raupp, PMDB conquistará mais prefeituras este ano

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o PMDB espera eleger mais de 20 dos 35 candidatos a prefeito lançados este ano em Rondônia. A expectativa para o resto do país também é otimista: superar as 1.035 prefeituras conquistadas na última eleição. Ele informou que tem participado das convenções partidárias.

— Temos imenso orgulho de pertencer a esse partido que desempenha papel fundamental para a democracia, um guardião das liberdades e um instrumento de combate ao arbítrio — assinalou.

Ele também elogiou o governo interino de Michel Temer.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião

14h A Comissão de Juristas da Desburocratização se reúne para continuar a discussão do Estatuto da Desburocratização.

CRA Seguro rural

15h A comissão promove seminário para discutir a política de seguro rural no país. O evento será em Rondonópolis (MT) e terá a participação de especialistas do setor.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Tratado internacional assinado em Paris em 2015, com objetivo de reduzir as mudanças climáticas e limitar o aquecimento global, foi aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e em Plenário

Adesão a acordo sobre o clima vai a promulgação

O BRASIL VAI ratificar o acordo que visa reduzir as mudanças climáticas elaborado durante a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21). O Plenário aprovou ontem o projeto de decreto legislativo que confirma a adesão ao Acordo de Paris sobre o Clima, celebrado em dezembro de 2015, e assinado em abril deste ano, em Nova York.

Aprovado também ontem, pela manhã, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o projeto (PDS 19/2016) vai à promulgação. O acordo obriga as partes a apresentar esforços para conter o aquecimento global. O objetivo de longo prazo é manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2 °C em relação aos níveis pré-industriais.

Na presidência da sessão, Jorge Viana (PT-AC) destacou a atuação da então ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira nas negociações para aprovar o texto em Paris. Segundo Viana, o papel do Brasil foi fundamental para o fechamento do acordo. O senador também cumprimentou a presidente afastada Dilma Rousseff, responsável pela assinatura do documento.

Jorge Viana é autor do PLS 750/2015, que transforma em lei os compromissos brasileiros no Acordo de Paris. A proposta tramita na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Metas

O Brasil apresentou uma série de metas no acordo, como a de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2025 (em relação aos níveis de 2005), podendo chegar a 43% até 2030. Também se comprometeu a baixar em 80% o desmatamento legal e em 100% o ilegal até 2030. Outra meta para 2030 é restaurar 12 milhões de hectares de florestas, uma área equivalente ao território da Inglaterra.

Relatora do acordo na CRE, Kátia Abreu (PMDB-TO) apresentou números que, a seu ver, “mostram a viabilidade do cumprimento dessas metas ambiciosas”. A senadora observou que, dos 851 milhões de hectares de extensão do Brasil, 517 milhões estão com vegetação nativa, preservados.

— Estamos abrindo mão de terras agricultáveis para a preservação do meio ambiente.

Ex-ministra da Agricultura, Kátia notou que, de 1977 até agora, não houve aumento significativo da área destinada



Viana: papel do Brasil na COP-21 foi fundamental para fechamento do acordo

à produção de alimentos. Entretanto, a produção aumentou 220%, de 1,4 tonelada por hectare para 4,5 toneladas por hectare. Segundo a senadora, esse salto foi impulsionado pela tecnologia da Embrapa e pela ampliação e renovação do parque de máquinas e equipamentos com financiamento do governo federal. Além disso, houve ampliação significativa da área da segunda safra, ou seja, “mais produção no mesmo chão”.

Desmatamento

Um dos pontos mais significativos das metas, que é a redução de 80% da taxa de desmatamento da Amazônia Legal, poderá ser atingido até 2020, na avaliação de Kátia. Tomando como referência os níveis de 2005, segundo ela, já houve uma redução de 75,3%.

Jorge Viana acredita que o Brasil terá destaque em convenção em Marrocos

Com a aprovação do Acordo de Paris sobre o Clima pelo Senado, ontem, Jorge Viana acredita que o Brasil terá posição destacada no próximo encontro mundial sobre mudanças climáticas, a ser realizado em novembro, no Marrocos. Em discurso na tribuna, ele destacou o trabalho da representação brasileira nas conferências do clima da ONU e os avanços da política de proteção ambiental e redução de impactos das mudanças climáticas nos governos de Lula e de Dilma Rousseff.

— Na COP-22, no Marrocos, o Brasil será um dos poucos países que poderão falar que já deram eficácia ao acordo firmado na COP-21 — observou.

O senador ainda ressaltou a importância da contribuição voluntária do país, de redução de gases de efeito estufa, para que o aumento da temperatura global não passe de 2 °C.

Com o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), disse ela, espera-se o resultado total de liberação de 70 milhões de hectares. Neles, poderão ser produzidos 379 milhões de toneladas de grãos, o que significa quase o dobro da atual produção de 190 milhões de toneladas. Como destacou a senadora, o Brasil ainda pode produzir muito sem desmatar. Só na recuperação de pastagens degradadas é prevista a liberação de 15 milhões de hectares.

Convergência

Na CRE, o presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que o relatório da senadora “é uma demonstração de que é possível construir ampla convergência, apesar das eventuais divergências entre os parlamentares”.

Kátia Abreu: “Temos muito a ensinar para o mundo sobre meio ambiente”

“Fizemos uma das grandes notícias que o Brasil podia produzir: o país vai ratificar a Convenção do Clima de Paris”, afirmou Kátia Abreu, em discurso na tribuna.

— Com muita humildade, temos muito a ensinar para o mundo com relação ao meio ambiente. As convenções das Nações Unidas não são mais só ambientalistas, têm assuntos e temas geopolíticos que criaram uma dimensão muito maior. É assunto também para o setor produtivo, da agricultura, da indústria, dos serviços. É tema concernente à dona de casa, ao maior e ao menor empresário.

Para ela, cuidar do meio ambiente trará mais lucro aos empresários, valorizará as propriedades rurais e fará as pessoas cumprirem mais a lei.



Gerardo Magela/Agência Senado

Três medidas provisórias têm prazo de vigência prorrogado

Três medidas provisórias tiveram vigência prorrogada pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros. A MP 733/2016, a MP 734/2016 e a MP 735/2016 terão mais 60 dias para serem votadas pelas respectivas comissões mistas e pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 733/2016 renegocia dívidas de empréstimos rurais contratados até 2011 por pequenos e médios produtores do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e outras

fontes. O relator é o deputado Júlio César (PSD-PI) e o presidente é o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

A MP 734/2016 liberou R\$ 2,9 bilhões da União ao governo do Rio de Janeiro, para os Jogos Olímpicos. O relator é o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) e a presidente, a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ). Já a MP 735/2016 alterou cinco leis do setor elétrico para reduzir custos da União com subsídios na geração. O senador Hélio José (PMDB-DF) é o presidente e o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), o relator.

Avança PEC que dá à União e aos estados mais liberdade de gastos

A proposta que prorroga a validade da desvinculação de receitas da União (DRU) e cria um mecanismo semelhante para estados e municípios venceu mais uma etapa em seu caminho pelo Senado. A PEC 31/2016 passou ontem pela terceira sessão de discussão no Plenário. Agora faltam duas sessões para que os senadores possam votá-la em primeiro turno.

O texto permite ao governo aplicar livremente 30% das receitas que hoje, por determinação legal, têm destinos específicos e obrigatórios. O

principal objetivo da DRU é liberar recursos para ajudar o governo a cumprir a meta fiscal. Para este ano, por exemplo, está previsto um déficit de meta fiscal de R\$ 170,5 bilhões.

Antes da votação em segundo turno, haverá outras três etapas de discussão. Em cada um dos dois turnos, a proposta precisará do apoio de pelo menos três quintos dos 81 senadores — o que corresponde a 49 parlamentares. Passando com sucesso por todas essas etapas, a PEC será promulgada pelo Congresso.

Parlamentares conhecem ações surgidas após Lei Maria da Penha

Com a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), em 2006, uma série de ações foram desenvolvidas no país para garantir a proteção e o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica. Na 31ª Delegacia de Polícia, em Sobradinho (DF), por exemplo, o atendimento das vítimas é feito por policiais mulheres e em ambiente separado.

O trabalho em Sobradinho foi apresentado ontem durante debate sobre boas práticas na aplicação da Lei Maria da Penha. A norma completou dez anos no domingo.

O evento é uma iniciativa do Pauta Feminina, projeto realizado mensalmente pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara e pela bancada feminina no Congresso. O debate foi conduzido por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal apresentou projetos como o Maria da Penha Vai à Escola e o Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência Doméstica.

Especial Cidadania sobre a lei: www12.senado.leg.br/cidadania

Reportagem da Rádio Senado mostra como norma tem beneficiado mulheres

Os dez anos da Lei Maria da Penha são o tema da reportagem “A Década de Maria”, que a Rádio Senado leva ao ar hoje, às 18h.

Antes da lei, o atendimento especializado das vítimas não era obrigatório e muitos casos eram punidos com

multa ou distribuição de cestas básicas. A sensação de impunidade era grande e, por isso, muitas mulheres não denunciavam o agressor.

A Rádio Senado (www.senado.leg.br/radio) reprisará a reportagem amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Reduzir maioria penal é um erro, dizem especialistas

Maioria dos participantes de audiência condenou propostas em análise no Senado. Falência do sistema prisional brasileiro e inconstitucionalidade da medida foram alguns dos argumentos contrários à redução

PROPOSTAS DE EMENDA à Constituição (PECs) que tramitam no Senado em favor da redução da maioria penal foram criticadas por especialistas em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem. A maioria dos participantes afirmou que as propostas são inconstitucionais e ferem tratados internacionais.

Os argumentos contra a redução foram a baixa porcentagem de crimes graves cometidos por crianças e adolescentes e a precariedade do sistema prisional no país. Além disso, especialistas disseram que qualquer proposta de redução da maioria penal é inconstitucional por ferir cláusula pétrea da Constituição.

Estão em análise na comissão as PECs 74/2011, 33/2012, 21/2013 e 115/2015. O autor da PEC 33, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e o relator da proposta, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), não estavam presentes no debate. A proposta, que permite a punição de menores de 18 anos e maiores de

16 anos pela prática de crimes graves, já havia sido rejeitada pela comissão, em 2014. Porém, um recurso levou-a ao Plenário e, por emenda, a mesma PEC voltou para a análise da CCJ.

Descarte social

De acordo com o secretário-geral Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dom Leonardo Steiner, muitas crianças e adolescentes vivem em relações familiares e éticas quebradas. Para ele, diminuir a maioria penal ou aumentar o tempo de internação é criar uma fratura social ainda maior.

— É quase descartar essas pessoas da nossa sociedade. Não é isolando as pessoas que conseguimos construir uma sociedade mais justa.

Na mesma linha, a secretária especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Flávia Piovesan, disse que é contrária à “cultura do encarceramento” e que é necessário humanizar o sistema carcerário do país.

Flávia relatou que atos criminosos cometidos por adolescentes representam 4% do total dos crimes e menos de 1% dos homicídios no Brasil. Ela ressaltou a situação degradante das penitenciárias e o fracasso da dimensão ressocializadora do sistema carcerário, com índice de reincidência entre 70% e 80%.

— Então é nesse lugar que está a esperança de nossos jovens? É para esse lugar que vamos encaminhá-los?

O defensor público Bruno Moura traçou o perfil do adolescente que comete infração. Segundo ele, a maioria vem de família desestruturada, está fora do ensino formal, mora em bairros periféricos e se insere cedo no mundo das drogas. Para combater a violência, avaliou, é preciso combater a política de drogas do país, e não reduzir a maioria penal.

Em defesa da redução, o deputado Laerte Bessa (PR-DF), policial civil aposentado, afirmou que o menor infrator perigoso é irreversível e, por

isso, os que cometem crimes hediondos ou são reincidentes devem ser julgados como adultos. Bessa citou pesquisas que mostram que 87% da população é favorável à redução. Ele foi o relator da PEC 171/1993 na Câmara, cujo teor foi absorvido pela PEC 33/2012, no Senado.

Atendimento

De acordo com o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fábio Paes, o que deve ser discutido pela sociedade e pelo Congresso não é a redução da maioria penal, mas sim a aplicação da Lei 12.594/2012, que criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). A lei regulamenta a forma como o poder público deve prestar o atendimento especializado aos adolescentes autores de ato infracional.

Paes fez um apelo aos senadores para que encampem proposta para responsabilizar os gestores estaduais e municipais que não a aplicam. Também sugeriu a elaboração de um diagnóstico em nível nacional sobre o que ocorre com os meninos e meninas submetidos a medidas socioeducativas.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) sugeriu ainda a criação de uma subcomissão permanente na CCJ para discutir a implantação do Sinase e acompanhar a política pública.

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal, Erik Bezerra informou que a entidade acionará o Supremo Tribunal Federal (STF) caso a medida seja aprovada. O procurador de Justiça no Paraná Olympio de Sá afirmou que a PEC fere direitos constitucionais ao tentar alterar cláusula pétrea, que trata de direitos fundamentais.

Também participaram, entre outros, Wladimir Reale, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Heloisa Helena Silva, da Fundação Abrinq, e Raquel Lima, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.



Padilha (2º à esq.), ao lado de Ana Amélia: agricultura familiar alimenta o país

Padilha: será recriado Ministério do Desenvolvimento Agrário

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, anunciou a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A pasta foi extinta no primeiro ato do governo provisório de Michel Temer, que reduziu o número de ministérios, e deverá ser recriada em setembro, conforme informou o ministro.

— O presidente disse que, assim que o Senado o confirmar como presidente da República, voltará a existir um ministério que vai cuidar desta área muito sensível, que é a do desenvolvimento agrário e social, especialmente do pequeno agricultor, do agricultor familiar — afirmou.

Agricultura familiar

O ministro reconheceu a importância da produção da agricultura familiar para a estabilidade do abastecimento alimentar no mercado interno, ao responder a Roberto Muniz (PP-BA), que se disse preocupado com a continuidade das políticas promovidas pelo ministério.

— O grande agricultor mira à exportação ou ao mercado interno em momento de con-

veniência de mercado, guarda a produção, espera o melhor momento de vender. É outra perspectiva — frisou Padilha.

O anúncio do ministro foi saudado com voto de aplauso aprovado pela CRA e encaminhado à Mesa do Senado pela presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS). A atenção do governo federal ao setor foi destacada pelos senadores José Medeiros (PSD-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Modernização

Padilha participou do início da audiência pública na CRA, que discutiu o Programa Nacional de Crédito Fundiário e a regularização de terras no Brasil. O ministro apontou a necessidade de modernizar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para agilizar a entrega de títulos aos assentados.

— O Incra tem uma estrutura relativamente pesada, que deverá ser otimizada — disse.

O diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, Ewerton Santos, contou que o órgão passa por uma reformulação da estrutura, com o objetivo de simplificar processos de trabalho e agilizar a entrega de títulos de terras.

Ana Amélia cobra crédito rural e titulação para assentamentos antigos

Ana Amélia (PP-RS) também pediu, em Plenário, mais agilidade na titulação de áreas de assentamentos agrários antigos, de modo que os beneficiários possam ter acesso ao crédito rural e apoio de políticas de extensão rural, depois da audiência pública da CRA, presidida por ela. A senadora comemorou a notícia de que o governo decidiu recriar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a seu ver, uma iniciativa importante, por atender a um setor socialmente sensível.

Ela defendeu ainda regra especial que flexibilize o aumento do custo da energia para as cooperativas de eletrificação rural que, secundariamente, também atendem áreas urbanas.

Fátima Bezerra aponta contradições do governo sobre punição de jovens

Depois de participar da audiência sobre redução da maioria penal na CCJ, Fátima Bezerra



Gerardo Magalhães/Agência Senado

(PT-RN) falou em Plenário sobre contradições do governo interino a respeito da questão. Relatando a posição manifestada pela secretária nacional de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, que é contrária à medida, Fátima lembrou que integrantes da base parlamentar de apoio ao governo atuam para reduzir a idade penal para menos de 18 anos.

— Fiz considerações à secretária de que é necessário que ela leve esse debate para dentro do governo do qual faz parte — disse a senadora.



Senador José Pimentel (C) preside debate com Flávia Piovesan, Olympio de Sá, o juiz Alexandre Karazawa e Fábio Paes